

PLANO DE DADOS ABERTOS

UFMT

2017-2019

Agosto/2017

Este documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Dados Abertos, designado pela Portaria GR nº 034, de 26 de janeiro de 2017, composto por:

| | |
|------------------------------------|--|
| Robson Arruda Feitosa | Secretaria de Tecnologia da Informação |
| Jaime Oliveira De Carvalho | Pró-Reitoria de Planejamento |
| Michele Honória da Silva | Pró-Reitoria de Ensino de Graduação |
| Maria Auxiliadora de Arruda Campos | Coordenação de Pesquisa |
| Benadilson Santa Rita Ferreira | Secretaria de Gestão de Pessoas |
| Marina Atanaka | Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação |
| Karla Cristina De Souza Oliveira | Pró-Reitoria Administrativa |
| Maria Isabelle Silva Arruda | Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência |

Versionamento e histórico de revisões

Versão 1.0 Versão aprovada pelo GT-PDA

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 – Apresentação | 4 |
| 2 – Introdução | 4 |
| 2.1 – Cenário institucional | 5 |
| 2.2 – Objetivo Geral | 5 |
| 2.3 – Objetivos Específicos | 6 |
| 3 – Definições dos dados a serem abertos | 6 |
| 4 – Estratégias para abertura | 7 |
| 4.1 – Premissas | 7 |
| 5 – Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos | 8 |
| 6 – Sustentação | 8 |
| 6.1 – Governança | 9 |
| 7 – Monitoramento e Controle | 9 |
| 7.1 – Melhoria da qualidade dos dados | 9 |
| 7.2 - Comunicação e Participação social | 10 |
| 8 – Plano de Ação | 11 |
| 9 – Referências | 13 |
| 10 – Glossário | 14 |
| Anexo I – Lista de dados levantados para abertura | 16 |
| Anexo II - Proposta para Abertura de Dados | 17 |

1 – Apresentação

O Plano de Dados Abertos da Universidade Federal de Mato Grosso é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados, obedecendo a padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações. É ele quem organiza o planejamento referente à implantação e racionalização dos processos de publicação de dados abertos nas organizações públicas.

Sua elaboração vem ao encontro do disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI), na Instrução Normativa SLTI nº 4, de 13 de abril de 2012 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), o Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), bem como dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, entre outros normativos que abordam o tema de transparência.

2 – Introdução

A Universidade Federal de Mato Grosso, por meio deste documento, institui seu Plano de Dados Abertos (PDA), o qual estabelecerá ações para a implementação e promoção de abertura de dados sob sua responsabilidade e considera, em toda a sua estrutura, os princípios e diretrizes dos normativos abaixo e os deles decorrentes:

- O disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas;
- O Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que instituiu a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo;
- O Decreto s/no de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, o qual estabelece o compromisso do governo de implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA);
- A Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012, que cria a INDA e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;
- O Plano de Ação da INDA, que institui a necessidade de os órgãos instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão;
- A criação e entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso a Informação – LAI;

O presente documento pretende ser um marco geral de implantação e não um detalhamento da internalização de práticas e ações. O PDA, portanto, é um instrumento de planejamento e coordenação das ações de disponibilização de dados na Universidade Federal de Mato Grosso válidas entre os anos de 2017 a 2019.

2.1 – Cenário institucional

A elaboração e revisão do PDA da Universidade Federal de Mato Grosso deve estar alinhada com os seguintes instrumentos e instâncias de gestão:

- **Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI – UFMT – 2013-2018):**

No planejamento estratégico da UFMT constam as definições de missão, visão de futuro e os princípios que contribuem para a consecução da missão. Frente aos seus princípios institucionais, visão de futuro e missão, foram também estabelecidas políticas estruturantes institucionais. O PDA está diretamente ligado a uma dessas políticas: *Fortalecer a comunicação institucional de forma integrada e articulada com o sistema de comunicação social.*

Dentro das metas estabelecidas para alcançar os diversos objetivos dessa política, a que se alinha com esse PDA é a de Formular políticas de comunicação pautada no princípio da transparência, democratização da informação, divulgação do conhecimento e valorização institucional.

- **Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI – 2013-2018):**

Atualmente, a área de TI possui marcos de planejamento estratégico identificados a partir do PDI da UFMT, com vigência de 2013 a 2018, das seguintes políticas estruturantes: I. Buscar maior qualidade e indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. II. Ampliar as relações com a sociedade para melhor contribuir com o desenvolvimento regional sustentável. III. Modernizar o sistema de gestão e a avaliação, com vistas a melhores resultados administrativos e acadêmicos; IV. Promover a melhoria da ambiência universitária; V. Fortalecer a comunicação institucional de forma integrada e articulada com o sistema de comunicação social; VI. Ampliar quantitativa e qualitativamente as ações no âmbito da saúde. VII. Fortalecer a universidade multicampus.

O PDA está ligado diretamente a política V, Fortalecer a comunicação institucional de forma integrada e articulada com o sistema de comunicação social.

2.2 – Objetivo Geral

Promover a abertura de dados da Universidade Federal de Mato Grosso, zelando pelos princípios da publicidade, transparência e eficiência, visando o aumento da disseminação de dados e informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados disponibilizados.

2.3 – Objetivos Específicos

- Incitar o conhecimento sobre as informações inerentes às ações de governo no contexto da educação;
- Promover os processos de transparência e de acesso a informações públicas para o controle social;
- Facilitar o processo de compartilhamento e cruzamento de dados pela sociedade e entre órgãos governamentais;
- Promover a melhoria contínua da qualidade dos dados disponibilizados;
- Impulsionar os processos de transparência e de acesso a informações públicas;
- Fomentar a governança de dados e práticas de gestão da informação estratégica como uma importante atividade organizacional.

3 – Definições dos dados a serem abertos

A definição dos primeiros conjuntos de dados a serem abertos pela UFMT se baseou nas solicitações dos principais conjuntos de dados ou informações que as pró-reitorias, secretarias, institutos e faculdades produzem. Para se estabelecer as metas de abertura de dados e etapas de priorização, foram levados em consideração os seguintes critérios:

1. O grau de relevância para o cidadão, observando-se as demandas encaminhadas via e-SIC, bem como os setores e serviços mais procurados;
2. Os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pela unidade, inclusive perante organismos internacionais (OGP);
3. O alinhamento perante o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e os planejamentos setoriais, bem como os relacionados às áreas de tecnologia da informação;
4. Os dados estão disponíveis ou podem ser encontrados em bancos de dados ou sistemas sob a gestão da unidade;
5. O nível de maturidade da organização das informações e dados existentes.

A relação com os primeiros conjuntos de dados que serão abertos são apresentados no Anexo I.

Com o intuito de facilitar o trabalho de elaboração do PDA, no contexto das instituições federais de ensino, foi criada a Proposta de Base de Dados para Instituições Federais de Ensino, documento colaborativo composto por exemplos de bases de dados que podem compor o PDA. Esse documento também é composto por resultados coletados entre maio de 2012 a abril de 2016 envolvendo análise quantitativa dos conteúdos dos pedidos de acesso à informação, encaminhados por meio do e-SIC às IFES.

Uma segunda relação de proposta para abertura de dados foi consolidada com parte das informações contidas nesse documento, quando se aplicam a UFMT, e com as solicitações de conjuntos de dados ou informações coletadas que não tiveram uma boa pontuação dentro dos critérios utilizados. Tal relação é apresentada no Anexo II.

4 – Estratégias para abertura

A abertura de dados deve seguir os passos:

1. Levantamento do conjunto de dados candidato à abertura;
2. Priorização e seleção dos dados que serão abertos;
3. Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento de plano de ação com metas e prazos;
4. Consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões
5. Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões INDA e INDE).
6. Capacitação dos responsáveis nas áreas de negócio dos dados selecionados para abertura sobre:
 1. Processo de publicação de dados abertos;
 2. Processo de catalogação dos metadados no dados.gov.br;
 3. Processo de catalogação dos metadados na INDE, caso georeferenciados.
7. Definição de arquitetura de abertura para cada sistema.
8. Publicização dos dados catalogados, observando-se o uso de URL fixa.

4.1 – Premissas

Além de estar alinhado aos princípios e diretrizes mencionados anteriormente neste PDA, o processo de abertura dos conjuntos de dados deve considerar as seguintes premissas:

1. Publicar os dados considerados relevantes para a sociedade o mais rápido possível, no formato disponível e informando as eventuais limitações de qualidade dos dados.
2. Sempre que possível publicar dados e seus metadados conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
 - a. Nome ou título do conjunto de dados;
 - b. Descrição sucinta;
 - c. Palavras-chave (etiquetas);
 - d. Assuntos relacionados do VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico;
 - e. Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
 - f. Periodicidade de atualização;
 - g. Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral etc. exemplo: dados referentes ao censo de 2011, dados de um indicador mensal);
 - h. Escopo geopolítico (por cidade, por estado, por região).
3. Publicar os dados seguindo os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA e pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e Governo Eletrônico.
4. Catalogar os dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ponto central de acesso aos dados do governo federal;
5. Catalogar os dados geoespaciais na INDE;
6. Promover a integração entre os catálogos de metadados INDA e INDE;
7. Manter os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem, com a menor periodicidade e maior granularidade viáveis;
8. A atualização dos dados deve ocorrer preferencialmente, por meio de sincronização automática, estabelecendo-se um processo contínuo, especialmente no caso de sistemas estruturantes, com ganhos de eficiência em comparação a extrações pontuais;
9. Utilizar, como forma de disseminação, os ambientes do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal¹ e, quando houver, utilizar também a página institucional de dados abertos da UFMT, mantendo URL fixa.

5 – Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) será responsável por disponibilizar a infraestrutura necessária para a publicação dos diversos dados abertos gerados pela instituição no seu Portal de Dados Abertos e também por catalogar estes dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. A coleta e publicação destes dados será feita, preferencialmente de forma automatizada ou, quando isto não for possível, de forma semi-automatizada. As diversas áreas da universidade, responsáveis por esses dados definirão, utilizando a infraestrutura disponibilizada pela STI quais dados devem ser publicados no formato aberto.

6 – Sustentação

O Serviço de Informação ao Cidadão ficará responsável pela curadoria dos metadados na URL <http://dados.gov.br>. A curadoria compreende as seguintes atividades:

¹ Dados.gov.br

- a) Verificar, para efeitos de publicação, se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);
- b) Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;
- c) Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos a abertura de dados;
- d) Gerenciar o Portal de Dados Abertos da instituição.

6.1 – Governança

| Ator | Papel |
|--|---|
| Reitoria e Pró-Reitorias | Definição e acompanhamento dos dados abertos |
| Secretaria de Tecnologia da Informação | Disponibilizar a infraestrutura para a publicação dos dados abertos |
| Serviço de Informação ao Cidadão | <ul style="list-style-type: none"> . Curadoria dos dados; . Atualização do PDA; . Recomendação da publicação de novos conjuntos de dados |

7 – Monitoramento e Controle

O monitoramento e controle do Plano de Dados Abertos da UFMT será realizado pelo Serviço de Informação ao Cidadão da UFMT. O trabalho de monitoramento deverá acompanhar a execução do PDA quanto aos prazos, meios de divulgação e gestão da informação. Este monitoramento resultará em elaboração de Relatórios anuais, com informações sobre os dados abertos no período, os dados com previsão de abertura e estatísticas quanto às consultas realizadas.

7.1 – Melhoria da qualidade dos dados

A referência para melhoria da qualidade dos dados abertos pela UFMT se baseará no modelo de maturidade de dados abertos da INDA, conforme o Plano de Ação da INDA, que institui:

- a. Os dados disponibilizados devem conter a possibilidade de serem acessados diretamente, através de URL única, ou seja, passível de ser reproduzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página para seu acesso (exemplo: dados do PAC²);
- b. Tabelas mantidas em arquivos PDF (relatórios, por exemplo), devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como csv e odt), e ser referenciadas por esses relatórios;
- c. Os dados disponibilizados devem ser feitos em formatos abertos, conforme formatos recomendados pela e-PING;
- d. Os dados publicados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme a cartilha técnica para publicação de dados, disponível em <http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/>.

Para cada caso de abertura deverá ser desenhada uma estratégia de evolução, considerando os critérios de qualidade do Plano de Ação da INDA e a premissa de que devemos disponibilizar dados relevantes para a sociedade.

² http://repositorio.dados.gov.br/governo-politica/administracao-publica/pac/pac_REG_2012_04.csv

Isso inclui publicação em mais e novos formatos, implementação de Interfaces Programáveis de Aplicativos - APIs, desenvolvimento de ontologias, entre outras técnicas.

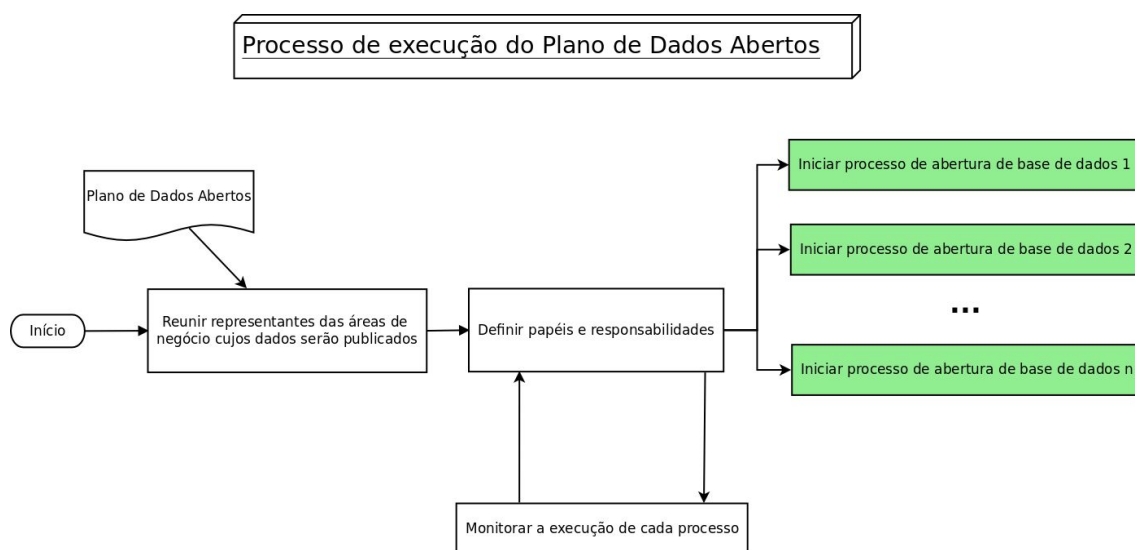
Também deve ser considerada a colaboração com a sociedade no processo de melhoria da qualidade através do recebimento de sugestões e canais permanentes de comunicação.

7.2 - Comunicação e Participação social

A página da UFMT na internet será o meio de comunicação com a instituição e com a sociedade a fim de tornar público o PDA, sua governança e revisões. Sendo assim, sempre que ocorrer atualização ou inserção de novos dados, ações de comunicação serão realizadas por meio da página da UFMT na internet, de forma a haver ampla divulgação interna e externa. Os canais de comunicação da UFMT, como sua página na internet (<http://www.ufmt.br/>), estarão disponíveis para recebimento de dúvidas, solicitações e sugestões de evolução do PDA, assim como para o informe sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados.

8 – Plano de Ação

A execução do PDA da UFMT seguirá as etapas, sugeridas pelo Kit de dados abertos apresentadas na imagem abaixo:



As atividades inerentes ao plano de ação assim como, cronograma com prazos revistos são apresentados a seguir.

| Ação | Atividades | Prazo final |
|---|---|-------------|
| Aprovar o Plano de Dados Abertos | Aprovação do Plano de Dados Abertos da instituição. | Out/2017 |
| Definir arquitetura da solução para publicação de dados abertos | Definição de arquitetura tecnológica da plataforma da UFMT para a divulgação de bases de dados em formatos abertos, baseada em padrões INDA e INDE. | Nov/2017 |
| Desenvolver o Portal de Dados Abertos próprio da UFMT | Criação de portal de dados abertos próprio da UFMT, ligado ao site da UFMT. | Nov/2017 |

| | | |
|--|---|-----------------|
| <p>Publicar o primeiro conjunto de dados abertos da UFMT</p> | <ul style="list-style-type: none"> . Treinamento das unidades responsáveis pelos dados levantados para abertura; . Formatação dos dados conforme metodologia padronizada de acordo com o PDA; . Envio dos dados para publicação no dados.ufmt.br. | <p>Nov/2017</p> |
| <p>Criar uma comissão permanente com representantes das Reitorias e Pró-Reitorias</p> | <ul style="list-style-type: none"> . Acompanhar e monitorar os dados a serem abertos . Sugerir novos dados para abertura | <p>Dez/2017</p> |
| <p>Definir e publicar as novas bases de dados a serem disponibilizadas em formato aberto</p> | <ul style="list-style-type: none"> . Priorização e seleção dos dados a serem abertos e definição dos responsáveis; . Treinamento das unidades responsáveis pelos dados levantados para abertura; . Formatação dos dados conforme metodologia padronizada de acordo com o PDA; . Envio dos dados para publicação no dados.ufmt.br. | <p>Abr/2018</p> |
| <p>Atualizar a página de Dados Abertos da UFMT</p> | <p>Atualização constante da página de dados abertos da UFMT, inserindo as novas bases que forem catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos e acrescentando novas informações relevantes para o tema</p> | <p>Contínuo</p> |

9 – Referências³

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>

BRASIL. Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm>

BRASIL. Decreto s/no de 15 de setembro de 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/dsn/dsn13117.htm>

BRASIL. Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012. Disponível em:

<<http://dados.gov.br/pagina/instrucao-normativa-da-inda>>

Secretaria de Tecnologia da Informação, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Plano de Ação da INDA. Disponível em: <<http://wiki.dados.gov.br/Plano-de-Acao-da-INDA.ashx?From=Plano-de-Acao>>

BRASIL. Lei de Acesso à Informação (LAI). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>

UFMT. Plano de Desenvolvimento Intitucional 2013 a 2018. Disponível em:

<<http://www.ufmt.br/proplan/arquivos/4df326c111023870f9d4db6c49077e98.pdf>>

UFMT. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2013/2018. Disponível em:

<<http://www.ufmt.br/sti/arquivos/a1b04516634529704c2c75c577adc63f.pdf>>

Secretaria de Tecnologia da Informação, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Kit para dados abertos. Disponível em: <<http://kit.dados.gov.br/>>

Secretaria de Tecnologia da Informação, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O que são dados abertos? Disponível em: <<http://dados.gov.br/paginas/dados-abertos>>

Secretaria de Tecnologia da Informação, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Infraestrutura Nacional de Dados Abertos. Disponível em: < <http://wiki.dados.gov.br/>>

Ministério do Planejamento. Plano de Dados Abertos (PDA). Disponível em:

<<http://www.planejamento.gov.br/tema/governo-aberto/plano-de-dados-abertos-pda>>

Governo Eletrônico. Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE). Disponível em:

<<https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/governo/interoperabilidade/vocabulario-controlado-do-governo-eletronico-vcge>>

³ Compilação de todas as referências citadas neste manual, exceto Glossário.

10 – Glossário

Dado: sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial.

Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 2001⁴; SETZER, 2001⁵);

Dados abertos: dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento;

Dado público: qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica;

e-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

e-VoG: Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico é um conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br/>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Eletrônico Federal.

Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; A informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição, etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO, 2002⁶; SETZER, 2001).

Licença aberta: acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;

Linked Data: conjunto de boas práticas para publicação de dados estruturados de maneira a facilitar seu compartilhamento e integração;

Metadado: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.⁷

⁴ HOUAISS, A. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0. [s. l.]: Objetiva, 2001

⁵ SETZER, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. Datagrama, São Paulo v. 10, 2001. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer>>. Acesso em: 12 jun. 2004. Coleção Ensaio Transversais.

⁶ MACHADO, F. B. Limitações e deficiências no uso da informação para tomada de decisões. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 9, n. 2, 2002.

⁷ **Nota:** Conforme Dec. 6.666/2008 (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE), este conceito pode ser explicado como: “conjunto de informações descritivas sobre os dados, incluindo as características de seu levantamento, produção, qualidade e estrutura de armazenamento, essenciais para promover a sua documentação, integração e disponibilização, bem como possibilitar sua busca e exploração”.

Anexo I – Lista de dados levantados para abertura

| Lista dos conjuntos de dados levantados | Localização | Responsável | Frequência | Interfaces | Meta |
|---|---------------------------------------|---|--|--------------------------------------|---------------------|
| Projetos e Programas de Extensão | Siex | Codex | Semanal | Codex/STI | 2º Semestre de 2017 |
| Concessão de Bolsas de Extensão | Siex | Codex | Mensal | Codex/STI | 2º Semestre de 2017 |
| Revista de Extensão Universitária | Página da Codex e Imprensa | Codex | Semestral | Codex/STI | 2º Semestre de 2017 |
| Quantidade de intercâmbios de estrangeiros na UFMT | Planilha | GRI | Mensal | STI | 2018 |
| Quantidade de intercâmbios da comunidade da UFMT no exterior | Planilha | GRI | Mensal | STI | 2018 |
| Quantidade de acordos de cooperação internacional | Planilha | API | Mensal | PROPLAN Convênios | 2017 |
| Quantidade de recurso financeiro alocado para internacionalização via SECRI | Planilha | Gabinete | Anual | PROPLAN | 2018 |
| Projeto Pedagógico do curso | Site UFMT | Unidades acadêmicas | 6 anos | STI | 2017 |
| Transferência | Sistema de Registro de Vagas | STI/CAE | Semestral | STI/CAE, PROEG | 2017 |
| Gestão de bolsas de Iniciação Científica | SGPP | Gerência de Iniciação Científica - PROPeq | 12 meses (setembro/ou tubro de cada ano) | STI | Setembro de 2017 |
| Gestão de Recursos FINEP | Portal da Transparência /DOU/Uniselva | Gerência de Projetos de Pesquisa - PROPeq | Semestral | STI/FINEP/Fun dação Uniselva/PRO Peq | Outubro de 2017 |
| Registro de Projetos de Pesquisa | SGPP | Coordenação de Pesquisa - PROPeq | Semestral | STI | Agosto de 2017 |
| Relação de servidores capacitados | Controle interno CDH/SGP | CDH/SGP | Anual | CDH / SGP / REITORIA | Início de 2018 |
| Relação de servidores capacitados externamente | Controle interno CDH/SGP | CDH/SGP | Anual | CDH / SGP / REITORIA | Início de 2018 |
| Servidores afastados para qualificação | Sistema SIAPE / sistema de portarias | CDH/SGP | Semestral | CDH / SGP / REITORIA | Início de 2018 |

| | | | | | |
|---|--------------------------------|--|-------|--|------|
| Caderno do Orçamento Programa da Universidade | Arquivo em PDF no site da UFMT | CGO / PROPLAN | Anual | PROPLAN / REITORIA / STI | 2017 |
| Indicadores Primários Decisão TCU 408/2002 ⁸ | Planilha e Relatório de Gestão | Gerência de Planejamento / CGO / PROPLAN | Anual | SGP / Gerência de Estatísticas e Informações Institucionais / PROPG / Coordenação Financeira / CGO / HUJM CACS | 2017 |

⁸ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/indicadores.pdf>

Anexo II - Proposta para Abertura de Dados

- Ensino
 - Alunos
 - Quantidade de alunos em situação ativa por curso;
 - Quantidade de alunos inativos (excluídos, falecidos, concluintes) por curso.
 - Docentes
 - Relação de professores por departamento;
 - Horário de aulas;
 - Planos Individuais de Atividades (PIAs);
 - Relatórios Individuais de Atividades (REAs).
 - Cursos
 - Projetos pedagógicos;
 - Planos de ensino.
 - Catálogo de cursos;
 - Catálogo de disciplinas.
- Pesquisa
 - Banco de TCCs, monografias, dissertações, artigos e teses;
 - Produção Científica.
- Extensão
 - Projetos que envolvem recebimento de recursos externos
 - Empresas incubadas
- Administrativo (institucional)
 - Lista de unidades
 - Lista patrimonial
 - Servidores
 - Quantitativo por unidade, cargo, escolaridade e situação;
 - Qualificação dos servidores
 - Solicitações de insalubridade e concessões;
 - Atendimento realizados no Ambulatório de Saúde do Servidor.
 - Obras
 - Concursos públicos
 - Atas de reuniões
 - Relação de fornecedores
 - Contratos de prestação de serviço
 - Relação nominal de estagiários